



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOUSA/PB**

Processo n.º 08016926820178150371

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE PEREIRA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, cumpre ressaltar que o Laudo Pericial de fls. é categórico nos quesitos ao informar a **AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)**.

**QUESITOS DO JUIZ:**

- 1 - A (O) promotor(a) é portador(a) de invalidez permanente?
  - 2 - E, caso positivo, em que consiste essa invalidez?
  - 3 - A invalidez permanente é total ou parcial?
  - 4 - Em sendo a invalidez permanente parcial, ela é completa ou incompleta?
  - 5 - Sendo a invalidez permanente parcial incompleta, as sequelas são de repercussão intensa, média, leve ou residual?
  - 6 - Levando em consideração a tabela anexa à Lei nº 6.194/74, qual o grau de invalidez?
1. Não ; o autor sofreu escoriações pelo corpo e ferimentos com escoriações principalmente no dorso do ps esquerdo em acidente de trânsito no dia 04/02/16 e acabou sem nenhuma seqüela ; por tanto o periclafo encontra-se sem deficiências na perda anafirena atual resultante do acidente .
2. Não há invalidez
3. Não há invalidez
4. Não há invalidez
5. Não há invalidez
6. Não há invalidez

**Logo, resta claro que não há incapacidade permanente.**

Isto posto, fica demonstrado que o pleito da parte autora encontra-se descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválida, conforme ficou comprovado através da prova pericial.

Pelo exposto, requer que seja acolhida a conclusão pericial e, em consequência, sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

SOUSA, 2 de fevereiro de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**